



Número: **0844741-97.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **15/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.350,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSIANE FERNANDES DE MORAIS (AUTOR)		DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARAES (ADVOGADO)	
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (RÉU)			
GIOVANNA DANTAS FULCO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59929001	15/09/2020 12:55	Petição Inicial	Petição Inicial
59929002	15/09/2020 12:55	1 - Petição Inicial - JOSIANE FERNANDES MORAIS	Outros documentos
59929003	15/09/2020 12:55	2 - PROCURAÇÃO	Procuração
59929004	15/09/2020 12:55	3 - CONTRATO DE HONORARIOS	Documento de Comprovação
59929005	15/09/2020 12:55	4 - DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
59929006	15/09/2020 12:55	5 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação
59929008	15/09/2020 12:55	6 - BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Boletim de Ocorrência Circunstanciado
59929009	15/09/2020 12:55	7 - DOCUMENTAÇÃO MÉDICA	Documento de Comprovação
59929010	15/09/2020 12:55	8 - SEGURO DPVAT	Documento de Comprovação
59937634	15/09/2020 14:36	Petição Emenda	Petição
59937637	15/09/2020 14:36	2 - PROCURAÇÃO.	Procuração
59937638	15/09/2020 14:36	3 - CONTRATO DE HONORARIOS.	Documento de Comprovação
59940255	15/09/2020 22:34	Decisão	Decisão

Segue anexo Petição Inicial e documentos.



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.

JOSIANE FERNANDES DE MORAIS, brasileira, solteira, autônoma, sem endereço eletrônico, inscrita no CPF/MF sob o n.º 069.586.924-89, residente e domiciliada na Rua Pico do Cabugi, Nº 19, Bela Vista, Bela Parnamirim, Parnamirim/RN, Cep: 59.140-001, vem, por intermédio de seu advogado, legalmente habilitado (doc. anexo), que esta subscreve, perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

em desfavor da **PORTO SEGURO S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.149.205/0001-69, com endereço para citação na Avenida Prudente de Moraes, nº. 4055, Candelária, Natal/RN, CEP 59063-200, o que faz pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir:

1. DA JUSTIÇA GRATUITA.

Antes de adentrar nas razões que impõem à propositura da presente demanda, faz-se necessário aduzir que o (a) requerente não possui meios suficientes para custear a presente ação judicial sem prejuízo de seu sustento e da sua família, razão pela qual requer, desde já, a concessão dos benefícios da justiça gratuita no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas e emolumentos no curso do procedimento e porventura em eventual recurso, consoante os ditames da Lei nº. 1.060/50, art. 5º da Carta Magna Brasileira e art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

Rua Antônio Elias de França Neto, 1660 – Lagoa Nova – Natal-RN, Cep. 59.064-170;

e-mail: diogoguimaraes.adv@hotmail.com



2. DOS FATOS.

A demandante se envolveu em acidente de trânsito no dia 08/12/2019, por volta das 17h25min, no município de Parnamirim/RN, conforme descrito em boletim de ocorrência anexo.

Em razão do acidente, **a promovente sofreu fratura no membro inferior direito**, tratando-se, pois, de lesão de natureza grave, sendo socorrido até o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, onde recebeu os primeiros atendimentos médicos.

Em detrimento do acidente automobilístico, ficou impedida de trabalhar e, atualmente, sente dores, sequela e limitação do membro afetado.

É sabido que para o recebimento da indenização DPVAT basta que a vítima comprove a ocorrência do acidente de veículo e o dano consequente, independentemente da existência de culpa (Lei federal n. 6.194, de 1974).

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, a autora encaminhou seu pedido administrativo. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, a requerente teve seu pedido autuado com o número de sinistro: 3200142571.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, **NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO**, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pela autora e com a invalidez permanente que esta adquiriu, ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, a requerente recebeu o valor de R\$ 3.375,00 (Três mil, trezentos e setenta e cinco reais).



Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.

A demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.

A segurada, por ora autora, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do (a) demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Diante da situação posta, a Autora se encontra acometida por invalidez permanente parcial incompleta no membro afetado. Nesse sentido, e assim for o convencimento deste Magistrado, **requer que as indenizações sigam a orientação da súmula 474 e 580 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, pleiteando os valores de forma decrescente de acordo com a gravidade da repercussão da invalidez, na modalidade de perda anatômica e/ou funcional, ou ainda, perda da mobilidade do membro que este juízo se convencer, amparado pela prova técnica/pericial.**

3. DOS DIREITOS.

3.1. Da competência jurisdicional para processar e julgar a demanda.



Constitui faculdade da autora escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento da ação decorrente de acidente de veículos: o do local do acidente ou o do seu domicílio (art. 53, V, do CPC), bem como, ainda, **o do domicílio do réu (art. 46 do CPC)**.

Assim já dispôs, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça:

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 159.803 - GO (2018/0181431-5)
RELATOR : MINISTRO LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO) SUSCITANTE : JUÍZO DE
DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E AMBIENTAL DE GOIÂNIA - GO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE SÃO
PAULO - SP INTERES. : YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA
ADVOGADOS : FAUSTO MITUO TSUTSUI - SP093982 KARINA DE
SOUSA MARCONDES - SP212020 ANA CLAUDIA MOREIRA PERES E
OUTRO (S) - SP289619 INTERES. : OD MOTOS, PECAS E SERVICOS
LTDA INTERES. : WILLIAM LEYSER O DWYER INTERES. :
CAROLINE LOUISE LEYSER O DWYER ADVOGADOS : THIAGO
BRAGA FUJIOKA - GO028232 FLÁVIO MONTEIRO ÁLVARES -
GO031861 NATALIA OLIVENCIA E SOUZA - GO042718 DECISÃO
Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado por JUÍZO
DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E AMBIENTAL DE GOIÂNIA - GO e
o do d. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP
nos autos de ação de execução proposta por YAMAHA MOTOR DA
AMAZÔNIA LTDA em face de OD MOTOS, PECAS E SERVICOS LTDA
e outros. A ação foi inicialmente proposta perante o d. Juízo de
Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, foro diversos
do eleito contratualmente, que se declarou absolutamente
incompetente para processar e julgar o feito e determinou a
remessa dos autos à Comarca de Goiânia/GO, sob a alegação de
que "a livre escolha desvinculada de qualquer parâmetro, realizada
unilateralmente pela parte elaboradora do contrato, seja por
conveniência pessoal ou por suposta ineficiência do foro*



*competente, não pode prevalecer, devendo ser admitido, excepcionalmente, a declinação da competência de ofício, mitigando-se a Súmula 33 do C. STJ" (na fl. 97). Recebidos os autos, o d. Juízo de Direito da 14ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia/GO, foro de eleição, suscitou o conflito negativo de competência, pois, no seu entender, a cláusula de eleição de foro "somente pode ser afastada se constatada abusividade, o que não é o caso dos autos, vez que não vislumbro qualquer hipossuficiência das partes, haja vista que a exequente e a 1ª (primeira) executada são 02 (duas) pessoas jurídicas, e não há nenhuma incidência de relação consumerista, pelo contrário, a relação das partes é estritamente civil, decorrente de contrato e relacionamento comercial oneroso, do qual esta não é destinatária final" (na fl. 1.116). O Ministério Público Federal opina pela competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP. É o relatório. Passo a decidir. A hipótese ora analisada é de competência territorial, por via de regra relativa e o d. Juízo suscitado não destacou eventual peculiaridade do caso concreto que permita excepcionar a regra e possibilitar o declínio de ofício da competência. Nesse contexto, a competência só pode ser alterada caso a parte ré apresente exceção de incompetência, após a regular citação, não sendo possível, assim, sua declinação de ofício, nos moldes da súmula 33/STJ, in verbis: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício". A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. SÚMULA 33/STJ. 1. "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula n. 33/STJ). 2. Constitui faculdade do autor escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento da ação decorrente de acidente de veículos: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do CPC); **bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do CPC).***



Precedentes. 3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo suscitado. (CC 110.236/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/05/2011, DJe 02/06/2011) Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP. Publique-se. Brasília, 24 de setembro de 2018. MINISTRO LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO) Relator (STJ - CC: 159803 GO 2018/0181431-5, Relator: Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Data de Publicação: DJ 26/09/2018).

A súmula do STJ assim elenca: "Súmula 540 - Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu. (Súmula 540, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015)".

Desta feita, aliando-se ainda pela Lei da Organização Judiciária do RN é competente para processar e julgar a demanda: a 19ª, 20ª, 23ª, 24ª e 25ª Vara Cível desta Comarca, por distribuição legal.

3.2. Da legitimidade passiva.

A súmula 42, da Resolução 11 – TJRN, de 27 de março de 2019, assim estipula: "Súmula 42: **Qualquer seguradora conveniada ao sistema de Seguro DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda** que pleiteia indenização em decorrência de acidente de trânsito.". (grifo meu)

3.3. Da aplicação da Lei nº. 6.194/74 e suas alterações posteriores.

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito da Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT uma vez que ocorreu debilidade permanente



na função do membro inferior direito causado por acidente automobilístico, conforme documentação anexa.

A segurada deve ser beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou.

Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despende; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.

A legislação vigente: art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam



suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



Note Excelência que a prova documental (documentação médica hospitalar e boletim de ocorrência) foi devidamente juntada aos autos comprovando o direito da autora ao recebimento da indenização pleiteada.

Desta forma é claro notar que: “*O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente*” e mediante a entrega dos seguintes documentos: “*registro da ocorrência no órgão policial competente*” – art. 5º, § 1, a, da Lei 6.194/74.

Percebe-se que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se apenas o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência sendo, portanto, ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim porventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corrobora a veracidade das declarações expostas no referido documento. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Por conseguinte, é dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo inciso II do artigo 373 do Código de Processo Civil e comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral.

Em razão do acima exposto, demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

3.4. Da audiência de conciliação ou mediação após a prova pericial. Aplicação do art. 139, VI do Código de Processo Civil.

Nos termos do art. 319, VII do CPC, opta a parte autora pela realização de audiência de conciliação e mediação.



Entretanto, Excelência, imprescindível para o resultado da demanda a ocorrência de prova pericial, de modo a conferir maior efetividade do direito tutelado, bem como auxiliar o livre convencimento motivado deste juízo.

Assim dispôs o art. 139, VI do CPC:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

*VI - dilatar os prazos processuais e **alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;*** (grifo meu).

Nesse sentido, requer que seja designada audiência conciliatória, porém que seja aprazada após a juntada do laudo pericial que, desde já se requer.

4. DOS PEDIDOS.

Por todo exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) que sejam concedidos **os benefícios da justiça gratuita** nos termos da Lei n. 1.060/50 e suas devidas alterações, bem como art. 98 e seguintes do CPC por ser a autora pobre nos termos da Lei e não possui condições financeiras favoráveis para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do seu próprio sustento e da sua família;
- b) que determine **a citação inicial do Requerido**, no endereço constante na folha de rosto da presente exordial para, caso pretendam, contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de incorrer nos efeitos da revelia, concedendo ao final, a procedência integral dos pedidos;
- c) nos termos do art. 319, VII do CPC, **opta** a parte autora pela realização de audiência de conciliação e mediação, **porém que seja aprazada após a juntada do laudo pericial** que, desde já se requer, em homenagem aos princípios da celeridade e economia processual, uma vez



que a modulação e alteração da ordem de produção dos meios de prova se mostra imprescindível na presente ação (art. 139, VI do CPC), de modo a conferir maior efetividade do direito tutelado, bem como auxiliar o livre convencimento motivado deste juízo;

d) em razão do acometimento pela parte autora de invalidez permanente parcial incompleta no membro afetado, requer a condenação da empresa requerida ao pagamento do seguro DPVAT, em favor da requerente, no valor correspondente **ao grau de invalidez atestado** pelo *Expert* nomeado por este juízo, observando as orientações das súmulas **474 e 580 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, pleiteando os valores de forma decrescente (75% > 50% > 25% > 10%) de acordo com a gravidade da repercussão da invalidez, na modalidade de perda anatômica e/ou funcional, ou ainda, perda da mobilidade do membro que este juízo se convencer, amparado pela prova técnica/pericial**, devendo incidir na condenação os devidos acréscimos de juros legais e correção monetária, abatendo-se o valor recebido administrativamente, julgando-se, por fim, a ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**;

e) que seja condenado ainda, o requerido, ao pagamento das **custas processuais e honorários advocatícios**, estes no patamar de 20% (vinte por cento) do valor da causa;

f) que, em caso de procedência do pedido, **pugna pelo pagamento dos Honorários Advocatícios Contratuais (contrato particular anexo)**, em companhia dos honorários de sucumbência pagos pelo promovido, sendo confeccionado alvará judicial - conjuntamente - em favor do advogado: Diogo Henrique Bezerra Guimarães - OAB/RN 9329, para levantamento dos valores.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em Direito admitidas, sem exclusão de nenhum que se fizer necessário ao deslinde da demanda.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.350,00 (Um mil, trezentos e cinquenta reais).

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

Natal/RN, domingo, 13 de setembro de 2020.



DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARAES

OAB/RN 9329

QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO (A) SR. (A) PERITO (A):

1. Houve lesão à integridade física da parte autora em virtude do acidente de trânsito. Quais as lesões remanescentes na mesma após o acidente?
2. Queira o Sr. Perito esclarecer se as lesões são de caráter temporário ou definitivo.
3. Houve perda da força, mobilidade, flexibilidade ou outra limitação em virtude da lesão sofrida no acidente? Favor especificar as mesmas.
4. Das lesões identificadas, quais foram às consequências traumáticas e funcionais dos órgãos/membros afetados.
5. De acordo com a tabela anexa da Lei 11.945/2009, qual o percentual da perda funcional da parte autora em face da (s) lesão (es) ocasionada (s) em decorrência do sinistro?



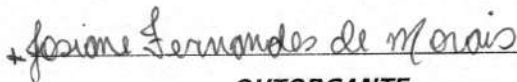
INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO**OUTORGANTE:**

Nome:			
Nacionalidade:		Estado Civil:	
Profissão:		CPF nº.	
Endereço com CEP			

OUTORGADO: DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARÃES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 9329, endereço eletrônico: diogoguimaraes.adv@hotmail.com, com endereço profissional na Rua Antônio Elias de França Neto – 1600 – Ed. Mauricio Caminha, Unidade II, Lagoa Nova, Cep. 59.064-170 - Natal/RN.

PODERES: Das cláusulas “**AD JUDICIA**” e “**EXTRA**” para o foro em geral, defender todos os direitos e interesses do (a) outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, declarar hipossuficiência financeira, requerer justiça gratuita, passar recibos, dar e receber quitação, levantar e sacar alvarás, apresentar, juntar e desembargar documentos, papéis, recibos e guias, requerer desistência da ação, interpor e seguir recursos administrativos e judiciais até Superior Instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes.

Natal/RN, ____ de ____ do ano 2020.



OUTORGANTE

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SEGURO DPVAT

Pelo presente instrumento, as partes abaixo qualificadas, contratam a prestação de assistência advocatícia, na forma e para os fins adiante estipulados:

1. PARTES: **DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARAES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 9329, endereço eletrônico: diogoguimaraes.adv@hotmail.com, com endereço profissional na Rua Antônio Elias de França Neto - 1600 - Ed. Mauricio Caminha, Unidade II, Lagoa Nova, Cep. 59.064-170 - Natal/RN, denominada **CONTRATADO**, e por outro lado:

Nome:			
Nacionalidade:		Estado Civil:	
Profissão:		CPF nº.	
Endereço com CEP			

aqui denominado(a) **CONTRATANTE**.

2. FINALIDADE DO CONTRATO: O(A) **CONTRATANTE** contrata os serviços profissionais do **CONTRATADO**, para que este requeira administrativamente e, caso haja necessidade; também ajuíze ação de cobrança referente à indenização de seguro DPVAT, junto ao Juizado Especial Cível ou Justiça Estadual.

3. DESEMPENHO DO MANDATO: O **CONTRATADO** postulará, em todas as instâncias, inclusive administrativas, através de recursos adequados, para o fiel cumprimento do mandato outorgado pelo(a) **CONTRATANTE**.

4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

4.1 Pela propositura do requerimento administrativo e demanda judicial, o/a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**, a título de honorários advocatícios, o valor de:

a) 20% (VINTE POR CENTO) sobre todos os valores líquidos recebidos **administrativamente**, nos casos em que o (a) **CONTRATANTE** dispôr ao **CONTRATADO** **TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA** para instruir o requerimento administrativo, devendo o **CONTRATADO** orientar, previamente, quais documentos lhes são oportunos para conclusão da demanda.

b) 30% (TRINTA POR CENTO), sobre todos os valores líquidos recebidos **administrativamente**, nos casos em que o **CONTRATADO** empreender quaisquer diligências para colher **QUALQUER DOCUMENTAÇÃO** necessária para instruir o requerimento administrativo, tais como: diligências em delegacias, Hospitais, DETRAN, SAMU, Bancos, Cartórios, Receita Federal, Tribunal Regional Eleitoral, ITEP e demais repartições públicas ou privadas para fins de colher documentações necessárias ao feito administrativo, bem como nos casos de interposição de **recurso administrativo**;

c) Havendo necessidade de distribuição de processo judicial, os honorários serão no percentual de **30% (TRINTA POR CENTO)** sobre todos os valores líquidos recebidos **judicialmente ou por meio de acordo judicial**;

d) O/A **CONTRATANTE** autoriza, expressamente, o desconto dos percentuais aqui contratados quando da expedição do Alvará Judicial ou ordem de pagamento decorrente da ação proposta, a ser creditado na conta bancária de titularidade do **CONTRATADO**, qual seja: Banco do Brasil: Agência - 3777-x, Conta Corrente: 24.467-8.

5. DESISTÊNCIA E CONTUMÁCIA:

5.1 No caso de desistência do processo antes da sentença ou ausência injustificada a perícia médica ou audiência, o contratante se compromete a pagar a título de honorários advocatícios, pelo trabalho já então realizado, **a importância fixa de um salário mínimo vigente à época, salvo se for reajuizar o processo com mesmo patrocínio. Em todo caso deverá o contratante arcar com as custas judiciais fixadas pelo abandono da causa.**

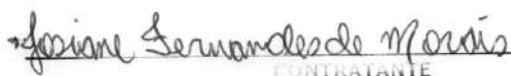
5.2 A verba honorária oriunda da parte adversa, pelo princípio da sucumbência, reverterá ao **CONTRATADO**.

5.3 No caso de desistência do processo após prolação de sentença, o (a) contratante fica obrigado a pagar os honorários advocatícios na sua integralidade.

6. Agindo o (a) **CONTRATANTE** de forma dolosa ou culposa em face do **CONTRATADO**, restará facultado a este, rescindir o contrato, substatuendo-se a reserva de iguais e se exonerando de todas as obrigações.

7. CLÁUSULA DE RISCO: em caso de insucesso da ação proposta (administrativa ou judicial), o/a **CONTRATANTE** não desembolsará quaisquer valores ao **CONTRATADO**, inclusive os gastos havidos com a demanda.

Assim, em ____ de ____/____ elegem o Foro da comarca de Natal/RN e assinam o presente instrumento em duas vias, para que possa produzir seus legais efeitos.


CONTRATANTE


CONTRATADO







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA - NOTA FISCAL

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150 - Baldo, Natal - RN. CEP 59025-250
CNPJ 08.324.198/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

COSERN

CONSUMIDOR CLIENTE
COSERNE FERNANDES DE MORAIS

CPF: 069.586.924-89 NIS: 160429x1734

ANEXO DA UNIDADE CONSUMIDORA
BELA PARNAMIRIM/ÁREA URBANA
PARNAMIRIM RN
59140-001

SITUAÇÃO
BAIXA RENDA COM NIS

DATA DA NOTA FISCAL 23/07/2019 **DATA DE EMISSÃO** 16/07/2019

DATA DE VENCIMENTO 30/09/2019 **DATA DE INSCRIÇÃO** 16/07/2019

TOTAL A PAGAR (R\$) 93,50

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00000000	0,22717612	6,80
Consumo Abito superior a 100 até 220 kWh	88,00000000	0,57131002	50,30
Acrescimo Bandeira AMARELA			39,42
Contrib. Ilum. Pública Municipal			0,92
ICMS-Parcela Subvencionada			8,37
Multa por atraso NF 024263012 - 15/05/19			7,17
Juros por atraso NF 026692614 - 14/06/19			2,02
Juros por atraso NF 024263013 - 15/05/19			1,74
Multa por atraso NF 025682614 - 14/06/19			0,73
Atualização IGP-M NF 024263013 - 15/05/19			0,54
Atualização IGP-M NF 025682614 - 14/06/19			0,32
Bônus ITAPU - art 21 da Lei 10.438/2002			0,51
			-1,56
TOTAL DA FATURA			93,50

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
14	QUATAS	DEBITADA	16	QUATAS	DEBITADA	1,00000	188,00





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
1º DISTRITO POLICIAL DE PARNAMIRIM - PARNAMIRIM - RN

BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 000967/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 03/01/2020 15:18 Data/Hora Fim: 03/01/2020 15:33
Delegado de Polícia: Luiz Gonzaga Pontes de Lucena

DADOS DA Ocorrência

Afeto: 1º Distrito Policial de Parnamirim

Data/Hora do Fato: 08/12/2019 17:25

Local do Fato

Município: Parnamirim (RN)

Logradouro: NA RUA PICO DO CABUGI

Bairro: Bela Parnamirim

Nº: 19

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1093: ACIDENTE DE TRÂNSITO SEM VÍTIMA - OUTROS	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSIANE FERNANDES DE MORAES (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: RN - Natal

Sexo: Feminino

Nasc: 26/05/1988

Profissão: Do Lar

Estado Civil: União Estável

Nome da Mãe: Ana Maria Fernandes

Nome do Pai: Josivaldo Barbosa de Moraes

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 069.586.924-89

Endereço

Município: Parnamirim - RN

Logradouro: RUA BICO DO CABUGI

Nº: 19

Bairro: BELA PARNAMIRIM

Telefone: (84) 99707-1836 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

A COMUNICANTE COMPARECEU A ESTA UNIDADE POLICIAL, PARA INFORMAR QUE FOI VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO, QUE A COMUNICANTE ESTAVA NA CALÇADA DA SUA RESIDENCIA, QUANDO UM VEICULO QUE NÃO SABE INFORMAR O TIPO, PERDEU O CONTROLE SUBINDO A CALÇADA E LHE ATROPELANDO, QUE A COMUNICANTE TEVE UMA FRATURA NO CALCANHAR DO PE DIREITO, CONFORME BOLETIM DE ATENDIMENTO UPA DE Nº 99, QUE FOI SOCORRIDA PELO PRÓPRIO MOTORISTA DO VEICULO QUE CAUSOU O ACIDENTE PARA A UPA DE NOVA ESPERANÇA DE PARNAMIRIM, E SENDO ENCAMINHADA PARA O HOSPITAL WALFREDO GURGEL, NADA MAIS DISSE O COMUNICANTE.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
1º DISTRITO POLICIAL DE PARNAMIRIM - PARNAMIRIM - RN

BOLETIM DE Ocorrência

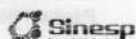
Nº: 000967/2020

ASSINATURAS

José Ricardo de Oliveira
Responsável pelo Atendimento

Josiane Fernandes de Moraes
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e cliente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que del origin, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Luiz Gonzaga Pontes de Lucena
Impresso por: José Ricardo de Oliveira
Data de Impressão: 03/01/2020 15:33

Página 2 de 2





SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 64107 /2019

Admissão: 08/12/2019 19:31:57

CIRURGIA GERAL - VERDE

Paciente: 155207 - JOSIANE FERNANDES DE MORAIS (31 a 6 m 13 d)

Nascimento: 26/05/1988 Natural: NATAL.BRASIL

Sexo: F Cor: PARDA

CNS: 160429317340004

CPF:

Prof:

Mãe: ANA MARIA FERNANDES

Pai:

Logradouro: PILOTO PEREIRA TIM, 79

CEP: 59140001

Bairro: CENTRO

Cidade: PARNAMIRIM

Telefone: 84 99389033

Compl: (BR-101)

Motivo: ATROPELAM. POR CARRO

Tipo: REFERENCIADO

Origem: UPA - UNIDADE DE PRONTO
ATENDIMENTO

*Empresa:

Fluxograma:					Discriminador:				
OBS:					Classificação: 08/12/2019 19:27:16				
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: VITIMA DE ATROPELAMENTO/ TRAUMA EM PÉ DIREITO

Hora: ____:____

*Vitima de trauma Carb-Contus em
M.I.D. N.º lesões em antos segmentos.
Lesão em pé D. N.º lesões.*

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A	
B	<i>um pouco de dor</i>
C	
D	<i>SCL. IV.</i>
E	

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

*Dr. Ricardo Araújo
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5001 TEOT 19295*

*lesão em pé 6 medial d
pé D*



EXAME FÍSICO (SEGUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A(ALÉRGICAS)

M(MEDICAÇÃO EM USO)

P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS)

L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS)

A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA)

V (PASSADO VACINAL)

EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM)

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

CONDUTA PRIMÁRIA/MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS

OUTROS

NOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 2

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 3

HORA:

DATA:

DESTINO DO PACIENTE:

INTERNAÇÃO NA CLÍNICA:

DATA

HORA

SAÍDA: () DECISÃO MÉDICA () REVELIA () TRANSFERIDO PARA:

OBITO: DATA / / HORA



**GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE**Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho**FICHA DE
ACOMPANHAMENTO
SOCIAL****Identificação**

Enfermaria: _____ Leito: 332 UTI: _____ Leito: _____
Data de admissão: 08/12/2019 Alta: _____
Nome: Jasiane Fernandes de Moraes Naturalidade: NATAL
Idade: 31 Sexo: () Masculino (X) Feminino Data de Nascimento: 26/05/1988
RG: 2518425 Estado Civil: UNIONADA Nível de Instrução: ENS. Médio
Filiação: Pai: Josival do Barbosa de Moraes
Mãe: Ana Maria Fernandes
Endereço: Rua Piloto Pereira Tim, 79 - Centro
Telefone: 99389033 Cidade: PARNAMIRIM/RN
Contato: _____ () Residencial () Trabalho () Recado

Outras informações: paciente esposa de 02 filhos
Faz uso de () Alcool () Fumo () Drogas () Psicotrópicos

Situação Ocupacional e Vinculação Previdenciária

Atividade desenvolvida: desempregada Trabalho c/ vínculo empregatício () Não () Sim
() Aposentado () Auxílio doença () BPC () Autônomo () Pensionista () Desempregado
Programas e Serviços: () Passe Livre () Bolsa Família () PETI () PSF () CAPS () SAE
Internação decorrente de acidente de trabalho? () Não () Sim Nome da Empresa: _____

Forma de Acesso ao Serviço

() Sozinho - procurou atendimento (X) Trazido por familiares
() Socorrido em via pública () Outros meios
() Encaminhado: _____ Hospital de origem: _____
() Trazido pelo SAMU

CrITÉRIOS para Acompanhante

Possui requisitos? () Não () Sim Qual o motivo? _____
Portador de deficiência: () Auditiva () Visual () Física () Mental
Responsável pelo paciente: Ana Maria Fernandes
Parentesco: Mãe Telefone: 98042948
Endereço do Responsável: _____

Evolução

(Adaptação do paciente ao ambiente hospitalar, condições emocionais, participação da família na internação, visitas recebidas, encaminhamentos, etc.)

Paciente vítima de Aproximamento. Orientado
A família qto as normas.

Saída

Objeto: Encaminhamento: ITP () SVO () DO () Obs. _____
Vta hospitalar () Transferência () Destino: _____
Orientações/Encaminhamentos: _____

Rosa Helena C.C. de Souza
Assistente Social
PROCESSO 007

Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de vulnerabilidade social.

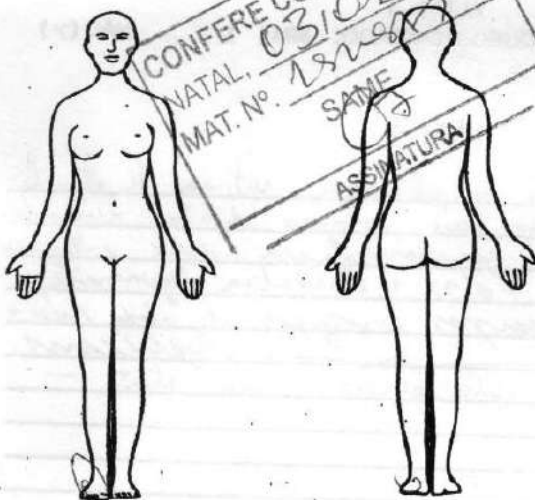


GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

FICHA DE ADMISSÃO DE ENFERMAGEM E DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

NOME DO PACIENTE: Serina Fernandes de Moraes
DATA DE NASCIMENTO: 26/05/1988 IDADE: 32 anos
REGISTRO: 155207
DATA DE ADMISSÃO: 09/12/2019 HORA: 02:10
ADMISSÃO DO PACIENTE: Outambia
CLÍNICA CIRÚRGICA RESPONSÁVEL: Outambia
HIDRATAÇÃO: SIM (X) NÃO () VIA: PERIFÉRICO (X) ACESSO CENTRAL: ()
NÍVEL DE CONCIÊNCIA: CONCIENTE (X) ORIENTADO (X) VIGIL () AGITADO ()
INCONSCIENTE: ()
ESTADO GERAL: BOM () REGULAR (X) GRAVE ()
SISTEMA RESPIRATÓRIO: AR AMBIENTE () M.V. () ENTUBADO () TRAQUEOSTOMIZADOR ()
ALÉRGICO: SIM () NÃO (X) HIPERTENSO: SIM () NÃO (X)
DIABÉTICO: SIM () NÃO (X) ASMÁTICO: SIM () NÃO (X)
DOENÇA RENAL: SIM () NÃO (X) OUTRAS PATOLOGIAS: _____
MEDICAÇÕES EM USO: _____
CIRURGIAS ANTERIORES: _____
EXAMES COMPLEMENTARES: SIM () NÃO ()
OBSERVAÇÃO: _____

ÁREA DE TRICOTOMIA: _____ HORA: _____
ÁREA DE PUNÇÃO: _____ HORA: _____
OBS: MARCAR LOCALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, PUNÇÃO E TRICOTOMIA



JALECO N° _____ ACESSO CENTRAL: _____
INSTRUMENTADO: Tec. Margareta
CIRCULANTE: Tec. Damião
TIPO DE ANESTESIA: GERAL () RAQUI (X) PERIDURAL () B.P.B. () LOCAL ()
OBS: _____
ANESTESISTA: Dr. Tribula
INÍCIO DE ANESTESIA: 02:15
FIM DE ANESTESIA: 03:20
ANTIBIÓTICO ADMINISTRADO: oxacilina 2g



INICIO DE CIRURGIA: 02.30

CIRURGIÃO: Dr. Amaro

1º AUXILIAR:

2º AUXILIAR:

3º AUXILIAR:

TIPO DE CIRURGIA: limpeza cirúrgica de fratura exposta de alarino

TÉRMINO DE CIRURGIA: 03.00

SONDAGEM VESICAL: SIM () NÃO (X)

Nº DA SONDA:

SONDAGEM NASOGÁSTRICA: SIM () NÃO (X)

Nº DA SONDA:

EXAMES LABORATORIAIS: SIM () NÃO (X)

RX:

SIM ()

NÃO (X)

RECEBEU HEMOTRANSFUSÃO: SIM () NÃO (X)

TIPO:

RETIRADO PEÇA CIRÚRGICA: SIM () NÃO (X)

TIPO:

ENCAMINHADO PARA PATOLOGIA: SIM () NÃO (X)

FEITO FICHA:

SIM ()

NÃO (X)

MEMBRO AMPUTADO: SIM () NÃO (X)

ENCAMINHADO AO NECROTÉRIO

SIM ()

NÃO (X)

FEITO ATESTADO PARCIAL DE ÓBITO: SIM () NÃO (X)

DESPREZADO NO LIXO: SIM () NÃO (X)

COMPRESSAS CONFERIDAS: SIM () NÃO (X)

QUANTIDADE:

Não se aplica

GAZES CONFERIDAS: SIM () NÃO (X)

QUANTIDADE:

Não se aplica

CAIXA CIRÚRGICA: completa

COMPLETA: SIM (X) NÃO ()

OBS.:

ÓBITO: SIM () NÃO (X)

HORA:

REALIZADO RCP:

SIM ()

NÃO (X)

RESPONSÁVEL PELA RCP:

PACIENTE ENCAMINHADO: CRO (X) UTI ()

ALTA ()

EM AR AMBIENTE: SIM (X) NÃO ()

TRAQUEOSTOMIZADO:

SIM ()

NÃO (X)

ENTUBADO: SIM (X) NÃO ()

PREENCHIDO AIH: SIM (X) NÃO ()

FEITO BOLETIM OPERATÓRIO PELO CIRURGIÃO: SIM (X) NÃO ()

NÃO ()

FEITO BOLETIM DE ANESTESIA: SIM (X) NÃO ()

OBSERVAÇÕES: Paciente admitido em SO orientado a politrauma vítima de queda
muito curta com lesão contuso lacerada nos alarinos direito, fratura
múltipla com EGO, P.N. e esp. requisição de radiografia de urgência
na coluna cervical com 5 Fx, 9% + fratura de alarino direito
com fratura típica, corpos vertebrais e alarinos
relembro anatômico, alarinos de fratura com MTD

98-118181

P=73

98-118181

Dr. Amaro Talon e monitores/locutores

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

**BOLETIM
OPERATÓRIO****IDENTIFICAÇÃO**Nome: Joiane Fernandes de Morais Reg. NºDiagnóstico pré-operatório: Fratura Exposta de Calcâneo DIndicação terapêutica: limpeza + desbridamento + imobilização Urgência () Eletiva ()**INTERVENÇÃO**Data: 09/12/19

Início:

Término:

Duração:

Operador: AMARO ALVES

CRM/CRO:

1º Auxiliar:

CRM/CRO:

2º Auxiliar:

CRM/CRO:

Instrumentador:

Anestesista:

CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

Pariete em DTH sob anestesia
abordagem de MID

aspiração + antirrotin + sangramento

abordagem de For de fratura

Ligatura Exatidão de st

desbridamento de tecido desvitalizado

Recheamento por plasto

Comat

Tala Bota

AMARO ALVES
CRM 5700

09/12/19
03:02

Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

ORT-URG

FICHA DE ANESTESIA

Paciente: JOSIANE FERNANDES DE MORAIS

ASA: IE

Idade: 31

Sexo: -

Registro: 1191752

Diagnóstico: Fratura Exposta de Calcâneo Data: 09.12.19

Cirurgia Realizada: Limpeza + tratam cirúrgico de fratura exposta calcâ

Cirurgião: Amaral

Auxiliar: 0

Anestesiologista: Princila

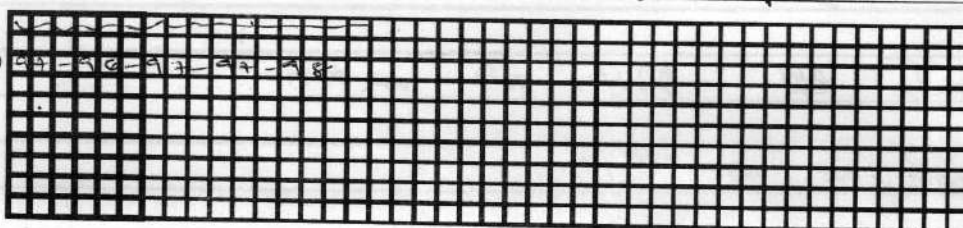
Enfermagem: Deysisson + Maiganda / enfer

História Clínica Admissional: Jejum 12h sólidos e 6h água. Uso Aco.

neja alergia alimentar/medicamentosa. Acesso or
pitro, estável, colaborativa. Rinite alérgica.
Trauma 25 + 9h abra.

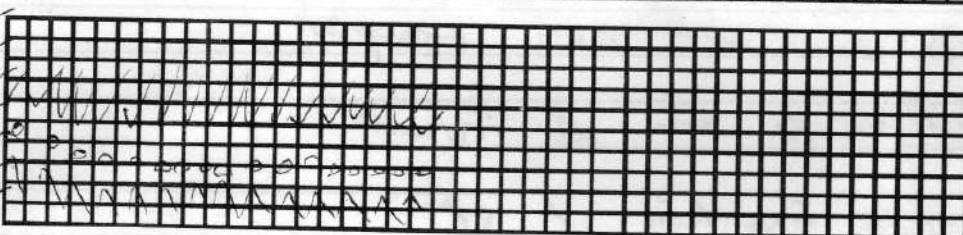
Técnica Anestésica: Raquianestesia 25g Anilche curta, parane
diana simples, punção única, LCR cristalino, em
intercorrências.
Sedação leve. Ventilação Espontânea

O₂
SpO₂(%)
msd



EC
Pa
S

200
175
150
125
100
75
50



Hr
SRL 1 und

Início: X 02:15 @ 02:30

Término: @ 03:00 X 03:10

Anestésicos Utilizados:

- Do
- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. <u>OXACILINA 2g or - 4fe</u> | 2. <u>Ag raqui 25g</u> |
| 3. <u>Fentanil 20mcg or - 1amp/2ml</u> | 4. <u>ned pes 12,5mg - 1amp</u> |
| 5. <u>Cetamina 15 mg or - 1amp/2ml</u> | 6. <u>metirg 80mcg - 1amp 0,2mg</u> |
| 7. <u>-</u> | 8. <u>-</u> |
| 9. <u>SCA 1% 5ml nasal Biot</u> | 10. <u>-</u> |
| 11. <u>-</u> | 12. <u>-</u> |
| 13. <u>-</u> | 14. <u>-</u> |

Encaminhamento: A SRA, alente. Koneia 9/10

Dr. Priscila Albuquerque
RUBRICADO
CRM 14.472 - SCA 17267

Assinatura do Anestesiologista - CRM



ALGORITMO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA: 1 - AVALIE A RESPOSTA DA VÍTIMA 2 - PEÇA AJUDA 3 - PEÇA UM DESFIBRILADOR (DEA) 3 - ABRAJA A VÍTIMA 4 - AVALIE RESPIRAÇÃO (VER, OUVIR, SENTIR) 5 - SE APRIENHA, APLIQUE 2 VENTILACOES DE RESGATE (DISPOSITIVO BOLSÃO VALVA, MÁSCARA) 6 - AVALIE PULSO CAROTÍDEO OU FEMURAL (BRANCO EM LACTENTE) 7 - SE PULSO AUSENTE, INICIE COMPRESSOES TORACICAS. 10MMH (PROPORÇÃO 30:2) ATÉ A CHEGADA DO DEB. 8 - DEB DISPONÍVEL: AVALIE O RÍTIMO 9 - RÍTIMO CHOCÁVEL: APLIQUE 1 CHOQUE 360 (200 J P/ DEB BRÁSCICO) E REINICIE RCP. 10 - RÍTIMO NÃO CHOCÁVEL: REINICIE RCP (30:2). 11 - AVALIE O RÍTIMO A CADA 5 CICLOS. 12 - PARE RCP QUANDO A EQUIPE DE SUPORTE AVANÇADA ASSUMIR. OU CASO A VÍTIMA SE LEVANTE. 13 - COLOQUE-A EM POSIÇÃO DE RECUPERAÇÃO.

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 1:

ANAMNESE

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUITA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Respons

INTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASSGOW	
Abertura Ocular (AO)	4
Olhos se abrem espontaneamente.	4
Olhos se abrem ao comando verbal (não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se assim for marque 4, se não 3)	3
Olhos se abrem por estímulo doloroso	2
Olhos não se abrem.	1
Melhor resposta verbal (MRV)	
Orientado (Responde corretamente e apropriadamente às perguntas sobre seu nome, idade, endereço, está, o porquê, e data e etc.)	5
Confuso (Responde às perguntas corretamente, mas há alguma distorção e confusão)	4
Palavras inapropriadas (Não orientado, mas com troca conversacional)	3
Sons ininteligíveis. (Gemeando sem articular palavras.)	2
Ausente.	1
Melhor resposta motora (MRM)	
Obedece a ordens verbais. (Força voluntária simples quando não é ordenado.)	6

"ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS	
DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASSGOW	13-15 = 4
	9-12 = 3
	6-8 = 2
	4-5 = 1
	3 = 0
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	16-20 = 4
	10-15 = 3
	6-9 = 2
	1-5 = 1
	0 = 0
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA	>90 = 4
	71-90 = 3
	56-70 = 2
	1-55 = 1
	0 = 0

CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2003)*

63 - Grave (necessidade de intubação imediata);
 65 - Moderado;
 14 - Leve

* Referência: TEASDALE G., JENNEY B. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet 1974;2:81-94

** A escala proposta aplica-se a doentes conscientes e que colaboram com teste superior a 2 anos. Na Escala Qualis avalia-se no doente que classifica a intensidade da son os acordo com os seguintes critérios:

SEM DOR	LEVE	Moderada	Intensa
0	1	2	3

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 2:

ANAMNESE

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****

LABORATÓRIO

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE: *Conto Conto*

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA: *Outro*

DATA:

HORA:

SAÍDA:

DATA:

HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA:

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

I.T.E.P. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA:

HORA:

SAÍDA:

DATA:

HORA:

Decisão Médica ☒

À Revelia ☐

Transferido para:





Laudo para Solicitação de Autorização de Internação Hospitalar

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

Solicitante: HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

CNES: 2653923

Executante: O solicitante ou

CNES:

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: **155207 JOSIANE FERNANDES DE MORAIS**

Prontuário:

CNS: 160429317340004

Nascimento: 26/05/1988

Sexo: Feminino

Cor: PARDA

Mãe: ANA MARIA FERNANDES

Pai:

Endereço: AVENIDA PILOTO PEREIRA TIM, 79 - CENTRO - PARNAMIRIM

Fone: 99389033 /

Município: PARNAMIRIM

Código Municipal IBGE:

240325 UF: RN

CEP: 59140-001

Clinica de Acompanhamento: ORTOPEDIA

Laudo Nº 35959 / 2019

JUSTIFICATIVA DE INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLINICOS:

FRATURA EXPOSTA DO CALCANEIO DIREITO

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO:

RISCO DE COMPLICAÇÃO

RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS:

SEMILOGIA E RAO X

Diagnostico Principal e Procedimento Solicitado:

S92.1 FRATURA DO ASTRAGALO*408050241.REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DOS OSSOS DO TARSO

Precisa de regulação ortopédica externa após tratamento inicial?

CALCANEO, FX;1

Informações importantes sobre as condições do paciente:

☐ Diabetes

☐ Hipertensão

☐ Obesidade

☐ Faz Antibioticoterapia

☐ Lesão por pressão

☐ Usa Fixador Externo

Profissional Solicitante / Assistente:

RICARDO ARAUJO

CRM:

5001 / RN

Data da Solicitação 08/12/2019

PREENCHER EM CASOS DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

() Acidente de Trabalho

CNPJ da Seguradora:

Nº do bilhete:

Série:

() Acidente de Trabalho Típico

CNPJ da Empresa:

CNAE da Emp.:

CBOR:

() Acidente de Trabalho Trajeto

Vínculo com previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

Profissional Autorizador:

Orgão Emissor:

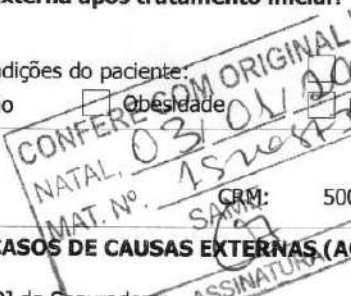
Número da Autorização:

Data da Autorização: ____/____/____

Assinatura/Carimbo: _____



Dr. Ricardo Araújo
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5001 TEOT 11295



BOLETIM DE ATENDIMENTO

NOME: Josiane Fernandes de Moura IDADE: 31 DN: 26-05-88
RG: _____ CPF: _____ SUS: 160 4293 1739 0000
SEXO: Masc. () Fem. (X) EST. CIVIL: Solteiro (X) Casado () União Estável () Divorciado ()
NOME DA MÃE: Ana Maria Fernandes TEL: 99623-4466
NOME DO ACOMPANHANTE: _____
RUA: Rua Pico do Galvão Nº: _____
BAIRRO: Bela Parnamirim CIDADE: _____
DATA: 08-12-19 HORA: 17:39 REGISTRO: 99-cl

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

SSVV

ESCALA DE GLASGOW

VERMELHO	PA: <u>152 X 116</u>	SPO: <u>98%</u>	HORA: _____	AO	_____
LARANJA	FC: <u>129 bpm</u>	HGT: _____	TÉC. DE ENFERMAGEM: _____	RV	_____
VERDE	FR: _____	DOR: _____	Ass. Alayne Costa PM. Arripo COREN RN 14.517	RM	_____
AZUL	TEMP: _____	PESO: _____		TOTAL	<u>15</u>

COMORBIDADES: HAS () DM () DISLIPIDEMIA () OUTRAS: NB 34

ETILISTA () TABAGISTA ()

ALERGIAS: NÃO (X) SIM ()

ANOTAÇÕES DA CLASSIFICAÇÃO

17:42 paciente REGATA tem SONIDO ACIDENTE CARRA ATIN
apresenta CONTUSÃO NO PS

RESUMO DA HISTÓRIA CLÍNICA

Ulcera abcessante por cerca de alguns minutos. Negro hemisférico
desnude lateralmente. Negro pouco profundo/abcessante.

EXAME FÍSICO

Assim carbocortico em ambiente de ar e sem os pulmões
deitado ativo e/ou em movimento.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08/12/19







GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

RELATÓRIO DE
HISTÓRIA CLÍNICA
E EXAME FÍSICO

Nome

Jotiane Fernandes

Leito:

Idade:

Nº Registro:

HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO ADMISSIONAIS

Data:

09/12/19.

Hora:

Ontem

Através de relato de trauma em pé D

trauma exposto em pé D.

Bom perf. distal.

Leito amplexo de lesões distais
e inchadas.

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL 03/01/20
MAT. Nº 152073
SAME
ASSINATURA

AMARO ALVES
CRM 5439

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL 03/01/20
MAT. Nº 152073
SAME
ASSINATURA

Isso: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.





BOLETIM DE ATENDIMENTO

NOME: Jordiane Fernandes de Moraes IDADE: 31 DN: 20-05-88
RG: _____ CPF: _____ SUS: 160 4243 1739 0005
SEXO: Masc. () Fem. (X) EST. CIVIL: Solteiro^(a) () Casado^(a) () União Estável () Divorciado^(a) ()
NOME DA MÃE: Ana Maria Fernandes TEL: 9-9693-4910
NOME DO ACOMPANHANTE: _____
RUA: Rua Pico do Galvão Nº: _____
BAIRRO: Bela Parnamirim CIDADE: _____
DATA: 08-12-19 HORA: 17:39 REGISTRO: 99-06

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

SSVV

ESCALA DE GLASGOW

VERMELHO
LARANJA
VERDE
AZUL

PA: 152 x 116 SPO₂: 98% HORA: _____
FC: 124 bpm HGT: _____ TÉC. DE ENFERMAGEM: _____
FR: _____ DOR: _____
TEMP.: _____ PESO: _____

AO
RV
RM
TOTAL 15

COMORBIDADES: HAS () DM () DISLIPIDEMIA () OUTRAS: N59A
ETILISTA () TABAGISTA ()

ALERGIAS: NÃO (X) SIM ()

ANOTAÇÕES DA CLASSIFICAÇÃO

17:42 PACIENTE RELATA TER SONHADO ACIDENTE CARRO ATINGE
APRESENTA CONTUSÃO NO PS

RESUMO DA HISTÓRIA CLÍNICA

História relatada por conta de alguns minutos após chegada
chamou atenção, depois que se localizou o acidente

EXAME FÍSICO

Após observação em ambiente de sala de emergência
aparece bem orientado e sem alterações

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 10/12/19





Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Parnamirim - RN
Secretaria Municipal de Saúde

RECEITUÁRIO MÉDICO

Data: 08/12/19

Nome: Josiane Fernandes de
Morais

ENCAMINHAMENTO

AO Politrauma - N.M. Wolfen-
do Gungell - Dra. Karina
Paciente acidentada, 33 anos,
vítima de atropelamento por
automóvel há 08 horas, com trauma
na perna em pé direito. segue
Trauma Craniano.

Exame Físico

- BEG, bilargem 15
- Lesão contusão em
região do calcâneo direito, com
deformidade discreta, sangramento ativo.
Não dispor de radiografia.
Solicito a radiografia

Dr. Igor Valdeir
CRM/RN 4025





Id. Paciente: 67475/2019 Data Exame: 26/12/2019 13:45:49 Técnico: PMULA
Paciente: JOSIANE FERNANDES DE MORAIS Idade: 31 ano(s) TORNZELO AF
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL 83,2 %





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 26 de Abril de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200142571

Vítima: JOSIANE FERNANDES DE MORAIS

Data do Acidente: 08/12/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: MARCONDES BERNARDINO DE SOUZA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOSIANE FERNANDES DE MORAIS

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 3.375,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 50%) 25,00%

Valor a indenizar: 25,00% x 13.500,00 = R\$ 3.375,00

Recebedor: JOSIANE FERNANDES DE MORAIS

Valor: R\$ 3.375,00

Banco: 104

Agência: 000002008

Conta: 0000094983-4

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Segue anexo Procuração e Contrato de Honorários devidamente preenchidos.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

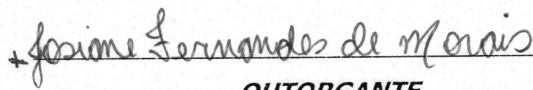
OUTORGANTE:

Nome:	JOSIANE FERNANDES DE MORAIS		
Nacionalidade:	BRASILEIRA	Estado Civil:	SOLTEIRA
Profissão:	AUTÔNOMA	CPF nº.	069.586.924-89
Endereço com CEP	RUA PICO DO CABUGI, Nº 19, BELA PARNAMIRIM, PARNAMIRIM-RN CEP: 59140-001		

OUTORGADO: DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARÃES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 9329, endereço eletrônico: diogoguimaraes.adv@hotmail.com, com endereço profissional na Rua Antônio Elias de França Neto – 1600 – Ed. Mauricio Caminha, Unidade II, Lagoa Nova, Cep. 59.064-170 - Natal/RN.

PODERES: Das cláusulas “**AD JUDICIA**” e “**EXTRA**” para o foro em geral, defender todos os direitos e interesses do (a) outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, declarar hipossuficiência financeira, requerer justiça gratuita, passar recibos, dar e receber quitação, levantar e sacar alvarás, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, requerer desistência da ação, interpor e seguir recursos administrativos e judiciais até Superior Instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes.

Natal/RN, 27 de DEZEMBRO do ano 2020.


OUTORGANTE



CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SEGURO DPVAT

Pelo presente instrumento, as partes abaixo qualificadas, contratam a prestação de assistência advocatícia, na forma e para os fins adiante estipulados:

1. PARTES: **DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARAES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 9329, endereço eletrônico: diogoguimaraes.adv@hotmail.com, com endereço profissional na Rua Antônio Elias de França Neto - 1600 - Ed. Maurício Caminha, Unidade II, Lagoa Nova, Cep. 59.064-170 - Natal/RN, denominada **CONTRATADO**, e por outro lado:

Nome:	JOSIANE FERNANDES DE MORAIS		
Nacionalidade:	BRASILEIRA	Estado Civil:	SOLTEIRA
Profissão:	AUTÔNOMO	CPF nº.	069.586.924-89
Endereço com CEP	RUA PICO DO CABUGI, Nº 19, BELA PARNAMIRIM, PARNAMIRIM-RN CEP: 59140-001		

aqui denominado(a) **CONTRATANTE**.

2. FINALIDADE DO CONTRATO: O(A) **CONTRATANTE** contrata os serviços profissionais do **CONTRATADO**, para que este requeira administrativamente e, caso haja necessidade; também ajuíze ação de cobrança referente à indenização de seguro DPVAT, junto ao Juizado Especial Cível ou Justiça Estadual.

3. DESEMPENHO DO MANDATO: O **CONTRATADO** postulará, em todas as instâncias, inclusive administrativas, através de recursos adequados, para o fiel cumprimento do mandato outorgado pelo(a) **CONTRATANTE**.

4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

4.1 Pela propositura do requerimento administrativo e demanda judicial, o/a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**, a título de honorários advocatícios, o valor de:

a) 20% (**VINTE POR CENTO**) sobre todos os valores líquidos recebidos **administrativamente**, nos casos em que o (a) **CONTRATANTE** dispôr ao **CONTRATADO** **TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA** para instruir o requerimento administrativo, devendo o **CONTRATADO** orientar, previamente, quais documentos lhes são oportunos para conclusão da demanda.

b) 30% (**TRINTA POR CENTO**), sobre todos os valores líquidos recebidos **administrativamente**, nos casos em que o **CONTRATADO** empreender quaisquer diligências para colher **QUALQUER DOCUMENTAÇÃO** necessária para instruir o requerimento administrativo, tais como: diligências em delegacias, Hospitais, DETRAN, SAMU, Bancos, Cartórios, Receita Federal, Tribunal Regional Eleitoral, ITEP e demais repartições públicas ou privadas para fins de colher documentações necessárias ao feito administrativo, bem como nos casos de interposição de **recurso administrativo**;

c) Havendo necessidade de distribuição de processo judicial, os honorários será no percentual de **30% (TRINTA POR CENTO)** sobre todos os valores líquidos recebidos **judicialmente ou por meio de acordo judicial**;

d) O/A **CONTRATANTE** autoriza, expressamente, o desconto dos percentuais aqui contratados quando da expedição do Alvará Judicial ou ordem de pagamento decorrente da ação proposta, a ser creditado na conta bancária de titularidade do **CONTRATADO**, qual seja: Banco do Brasil: Agência - 3777-x, Conta Corrente: 24.467-8.

5. DESISTÊNCIA E CONTUMÁCIA:

5.1 No caso de desistência do processo antes da sentença ou ausência injustificada a perícia médica ou audiência, o contratante se compromete a pagar a título de honorários advocatícios, pelo trabalho já então realizado, **a importância fixa de um salário mínimo vigente à época, salvo se for reajuizar o processo com mesmo patrocínio. Em todo caso deverá o contratante arcar com as custas judiciais fixadas pelo abandono da causa.**

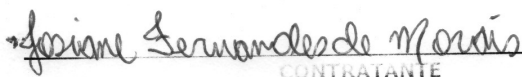
5.2 A verba honorária oriunda da parte adversa, pelo princípio da sucumbência, reverterá ao **CONTRATADO**.

5.3 No caso de desistência do processo após prolação de sentença, o (a) contratante fica obrigado a pagar os honorários advocatícios na sua integralidade.

6. Agindo o (a) **CONTRATANTE** de forma dolosa ou culposa em face do **CONTRATADO**, restará facultado a este, rescindir o contrato, sub-stituindo sem reserva de iguais e se exonerando de todas as obrigações.

7. CLÁUSULA DE RISCO: em caso de insucesso da ação proposta (administrativa ou judicial), o/a **CONTRATANTE** não desembolsará quaisquer valores ao **CONTRATADO**, inclusive os gastos havidos com a demanda.

Assim, em 27 de DEZEMBRO / 2019 elegem o Foro da comarca de Natal/RN e assinam o presente instrumento em duas vias, para que possa produzir seus legais efeitos.


CONTRATANTE


CONTRATADO





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0844741-97.2020.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: JOSIANE FERNANDES DE MORAIS

Réu: PORTO SEGURO S/A

DECISÃO

Rec. hoje.

De início, à luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbe-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos. Desse modo, cumpre destacar que o presente feito não será encaminhado ao CEJUSC, em razão do grande número de demandas semelhantes nas quais se observou a frustração da tentativa de acordo e a significativa elasticidade do trâmite do processo, diante da extensa pauta do referido setor. Assim, em atenção ao já citado princípio da economia processual, somado ao da razoável duração do processo, tem-se como viável a inobservância da referida fase processual. Registre-se, por oportuno, que não há prejuízo a eventual realização de acordo, pois esse pode ser alcançado a qualquer tempo, inclusive sem a intervenção direta do judiciário.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (arts. 98 e 99, § 3º, do CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, havendo preliminares, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Requerida a realização de perícia, dou por deferida (art. 381, II, do CPC) a produção da referida prova, ficando desde já nomeado(a) o(a) Dr.(a) Giovanna Dantas Fulco, médica perita, CRM nº 3538, para atuar como perito no presente feito.

Tendo em vista que o laudo pericial é documento essencial para o julgamento deste tipo de demanda, determino que seja agendada data para a realização de perícia médica.



Ressalto, no entanto, que em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19) decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a realização de perícias está suspensa por período indeterminado, devendo o presente feito ficar em secretaria aguardando data oportuna para o agendamento.

Quando houver designação de perícia as partes podem apresentar quesitos e indicarem assistentes técnicos. Ademais, deve a requerente ser intimada pessoalmente para comparecer à perícia.

Adverta-se a parte autora, na pessoa do seu advogado constituído, que o não comparecimento no dia e local da realização dos trabalhos periciais, munida da documentação pertinente ao sinistro (Raio-X, Tomografia Computadorizada -TC, Ressonância Magnética Nuclear - RMN, Exames laboratoriais) implicará em preclusão para a produção da referida prova, ensejando o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontrar.

Não obstante a determinação antecedente, fica(m) o(s) advogado(s) da parte autora intimado para informar a seu constituinte sobre a obrigatoriedade de comparecer ao ato e implicações de sua falta.

Por oportuno, intime-se a seguradora Ré para que realize o depósito dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Realizada a perícia, o perito terá o prazo de 10 (dez) dias para entrega do laudo neste Juízo.

Apresentado o laudo, intem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão, **bem ainda, para, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.**

Transcorrido o prazo, com ou sem resposta, expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais.

Havendo interesse de pessoa incapaz (art. 178, II, do CPC), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

Após, venham-me os autos conclusos.

P.I.

Natal/RN, 15 de setembro de 2020.

RICARDO AUGUSTO DE MEDEIROS MOURA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

G

